



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO

Educação, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 1-13, jan-dez. 2026
e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X

OUTROS TEMAS

Expressões do campo econômico nas políticas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador

Expressions of the economic field in the evaluation policies of higher education in Brazil and Ecuador

Camila Ferreira da Silva¹

orcid.org/0000-0002-2348-9350
cfsilva@ufam.edu.br

Micaelle Cardoso de Souza¹

orcid.org/0000-0003-4237-6199
micaelle.souza@ufam.edu.br

Recebido em: 09 jan. 2026.

Aprovado em: 23 set. 2026.

Publicado em: 20 out. 2026.

Resumo: A lógica neoliberal, ao adentrar os países considerados periféricos e semiperiféricos na geopolítica capitalista, nos impõe o desafio de pensar como as instituições de educação superior podem resistir às disformidades das avaliações em larga escala em contexto de consolidação do ideário neoliberal no campo da Educação. Nesse sentido, a relação entre os campos sociais da Educação e da Economia é tomada à análise neste artigo a partir das políticas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador. A partir da combinação entre a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu, a Sociologia da Ação Pública de Pierre Lascombes e Patrick Le Galès e a Pesquisa Comparada, nosso objetivo geral consiste em analisar as expressões e influências do campo econômico nas políticas de avaliação da educação superior brasileira e equatoriana. Metodologicamente, combinamos uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental em um trabalho com documentos de políticas públicas, a partir de um diálogo com Laurence Bardin e Eneida Oto Shiroma. Desenvolvemos uma análise comparada a partir de três categorias: Classificação, Papel do Estado e Concepção de Universidade. Identificamos como, mesmo em distintas realidades, expressões do Neoliberalismo são incorporadas nos modelos de avaliação e acreditação, com ênfase no desempenho e nos resultados, nos processos de responsabilização docente e estudantil, na naturalização de modelos empresariais de gestão de qualidade e no próprio habitus individual e coletivo da sociedade diante da função da educação e da universidade.

Palavras-chave: Políticas de Avaliação; Ensino Superior; América Latina.

Abstract: Neoliberal logic, when entering countries considered peripheral and semiperipheral in capitalist geopolitics, imposes on us the challenge of thinking about how higher education institutions can resist the deformities of large-scale evaluations in the context of the consolidation of neoliberal ideology in the field of Education. Therefore, the relationship between the social fields of Education and Economy is analyzed in this article based on the higher education evaluation policies of Brazil and Ecuador. Based on the combination of Pierre Bourdieu's Reflexive Sociology, Pierre Lascombes and Patrick Le Galès' Sociology of Public Action, and Comparative Research, our overall objective is to analyze the expressions and influences of the economic field in the evaluation policies of Brazilian and Ecuadorian higher education. Methodologically, we combined a qualitative approach with bibliographic and documentary research in a study of public policy documents, based on a dialogue with Laurence Bardin and Eneida Oto Shiroma. We developed a comparative analysis based on three categories: Classification, Role of the State and Conception of the University. We have identified how, even in different realities, expressions of Neoliberalism are incorporated into evaluation and accreditation models, with an emphasis on performance and results, in the processes of teacher and student accountability, in the naturalization of business models of quality management and in the individual and collective *habitus* of society regarding the role of education and the university.

Keywords: Evaluation Policies; Higher Education; Latin America.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

Introdução

As primeiras experiências de avaliação do Ensino Superior no Brasil, no sentido próprio de uma ação do Estado nesta direção, remontam à década de 1970, com a instituição da política de avaliação da pós-graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com ênfase nos cursos de Mestrado e Doutorado (Magalhães, 2023; Polidori et al., 2006). Nas décadas posteriores foram desenvolvidos programas que tinham por objetivo avaliar a qualidade da educação superior ofertada nos cursos de graduação das universidades públicas e privadas do país. Dias Sobrinho (2008) ressalta que essa noção de qualidade atualmente é associada a termos como pertinência, responsabilidade, acreditação, sociedade do conhecimento, desenvolvimento sustentável e entre outros, tais termos carregam consigo múltiplas conceituações que não apenas são diferentes, mas em muitos casos, contraditórias, a depender das posições ocupadas pelos diferentes grupos de interesse que as sustentam e dominam no campo social.

O Equador não esteve alheio às transformações que o Ensino Superior latinoamericano sofreu no século XX e as sucessivas mudanças na estrutura do seu Sistema de Educación Superior são reveladoras da centralidade que este nível de ensino ganhou para este país. É só no final da década de 1980 que começamos a observar experiências ligadas à avaliação educacional, contudo, apenas nos anos 2000 o Equador desenvolveu uma lei nacional com critérios e normas próprios para avaliar o Ensino Superior. Para este país, a discussão de qualidade esteve muitas vezes imbricada com o exercício do controle das Instituições de Ensino Superior (IES), e os processos de acreditação e avaliação se colocam historicamente na tensão entre regulação e autonomia universitária (Contreras & Urigüén, 2017).

Nos casos do Brasil, Equador e da grande maioria dos países da América Latina, essa perspectiva sobre a avaliação e a educação superior se desenvolveu especialmente a partir das reformas econômicas, sociais e educacionais ao longo

das décadas de 1980 e 1990, com o intuito de estabelecer parcerias com os agentes financeiros e agentes políticos da época, e que tinham por finalidade enxugar gastos com serviços que julgavam ser exorbitantes aos cofres públicos e que poderiam ser executados ou concedidos ao setor privado. É nítido que existem características muito semelhantes nas avaliações realizadas em diferentes países no contexto latinoamericano e, dessa forma, é importante conhecer as tendências gerais dos denominados "países desenvolvidos", assim como as recomendações dos organismos internacionais para compreender de forma mais clara as políticas de reforma de Estado introduzidas a partir de estratégias neoliberais na tentativa de substituir políticas de proteção social por outras que tinham predominantemente concepções de mercado e privatização dos serviços públicos, incluindo nessa esteira a educação (Dias Sobrinho, 2005; Lamarra, 2004).

Em nossa investigação tratamos de analisar comparativamente as realidades brasileira e equatoriana que, além do contexto latinoamericano, do território amazônico e do recorte temporal próximo dos seus respectivos sistemas de avaliação (início dos anos 2000), podemos argumentar que, apesar de estarem inseridos no mesmo continente, os países em questão possuem em suas raízes, diversidades culturais, sociais e étnicas que refletem na educação superior e nos seus respectivos sistemas de avaliação de modo particular, o que nos coloca uma tarefa bastante interessante do ponto de vista analítico, posto que a pesquisa comparada nos possibilita, então, promover um diálogo entre tais realidades.

Construímos, então, o seguinte objetivo geral para a investigação: analisar as expressões e influências do campo econômico nas políticas de avaliação da educação superior no Brasil e no Equador. A partir da combinação entre a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu, a *Sociologia da ação pública* de Pierre Lascombes e Patrick Le Galès (2012) e a Pesquisa Comparada, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica (com revisão de literatura integrativa) e documental (com documentos de

políticas públicas do Brasil e do Equador).

Epistemologia, teoria e metodologia complementares nos permitiram vislumbrar uma mirada para as lutas sociais e os processos de dominação que estão na base da construção das políticas públicas educacionais, especialmente no caso das políticas de avaliação do Ensino Superior, que são responsáveis por processos de reconhecimento, acreditação, monitoramento do desempenho e classificação das instituições, dos sujeitos e dos bens culturais que compõem o campo universitário. Tal mirada, nos casos brasileiro e equatoriano, é basilar para analisar realidades específicas que são interligadas por disposições e posições periféricas na América Latina no capitalismo contemporâneo. A originalidade do estudo liga-se tanto à parca produção intelectual no campo da política de avaliação educacional que correlacione Brasil e Equador, quanto ao seu caráter crítico face aos avanços neoliberais nas políticas públicas educacionais no cenário latinoamericano.

Percurso metodológico

Do ponto de vista epistemológico, nosso principal aporte é a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu com foco nas discussões sobre o poder simbólico, o Estado e a teoria dos campos sociais. E combinamos esta perspectiva com a sociologia da ação pública francesa de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2012). Seus estudos, assim como os de Pierre Bourdieu, apresentam uma ruptura com a maneira tradicional de olhar o Estado como uma entidade neutra e imparcial, quando na realidade esta entidade utiliza de recursos simbólicos e culturais, legitimando relações de poder e acentuando as desigualdades sociais entre os diferentes grupos nesta sociedade capitalista.

Nosso estudo caracteriza-se como uma Pesquisa Comparada, que busca compreender os complexos processos nacionais de avaliação dos dois países que possuem suas especificidades, apesar de algumas similaridades e influências internacionais no sentido da homogeneização das políticas educacionais no cenário contemporâneo. Nesse sentido, no campo educacio-

nal e na pesquisa em educação é necessário o exercício crítico de problematização e reflexão de uma noção própria de comparação, evitando assim práticas generalistas e simplistas sobre o objeto investigado. Dessa forma, é necessário à pesquisa científica que se dispõe ao trato com a pesquisa comparada,

O exercício contínuo de reflexão para que não reproduza discursos de naturalização, a investigação comparada exige o escrutínio dos discursos de naturalização e homogeneização das práticas educativas bem como as estratégias de conformação da ação dos sujeitos aos determinismos sociais (Rezende et al., 2013, p. 231).

Desenvolvemos uma abordagem qualitativa com duas frentes de pesquisa, a saber: bibliográfica e documental. A frente bibliográfica se deu pelo desenvolvimento de uma revisão de literatura integrativa, na qual nos debruçamos sobre a literatura especializada a partir do levantamento de pesquisas em diferentes formatos, como: livros, artigos, ensaios, teses e dissertações que versassem sobre a temática das políticas de avaliação superior com foco nas experiências brasileira e equatoriana – utilizamos nesta etapa plataformas de buscas em bases nacionais e internacionais, como Google Acadêmico, Scielo Equador, Scielo Brasil e Scopus, e sua expressão de síntese se encontra materializada sobretudo na próxima seção deste artigo, sob forma de diálogo com a literatura especializada da área da Educação.

Por fim, desenvolvemos, no sentido dos nossos objetivos investigativos, uma pesquisa documental, com foco nos documentos das políticas públicas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador. Entendemos como pesquisa documental um processo no qual os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos e que se utilizam métodos e técnicas diversas para o processo de apreensão, compreensão e análise. O objetivo dessa frente de pesquisa consistiu, então, em extrair informações contidas nesses documentos, visando à compreensão desse fenômeno da avaliação do Ensino Superior (Fávero & Centenaro, 2019; Kripka et al., 2015).

O trabalho com os documentos de políticas públicas seguiu o seguinte percurso: i. Levantamento documental extensivo no Brasil e no Equador; ii. Construção do Inventário Documental da pesquisa; iii. Seleção dos documentos, construção do *corpus* documental; iv. Construção das categorias de análise e processo de categorização dos documentos; v. Análise. Faz-se importante registrar que a análise desenvolvida foi realizada com base na Análise de Conteúdo, em uma combinação das perspectivas de Laurence Bardin (2016) e Eneida Oto Shiroma et al. (2005).

Ademais, o diálogo que estabelecemos com Shiroma et al. (2005) em torno do olhar que devemos lançar para analisar documentos de políticas públicas nos permitiu compreender os textos de Brasil e Equador como produto de processos de lutas sociais em torno do Ensino Superior, da Avaliação e, em última instância, da sociedade e do tipo de educação que se pretende para diferentes grupos sociais. As fontes documentais, no caso de documentos de políticas públicas, foram, então, compreendidas na investigação como expressões das disputas sociais que se dão na relação Estado/Sociedade, e nessa direção enveredamos por uma análise documental crítica e problematizadora dos documentos e de seus contextos de emergência.

Os sistemas de avaliação do Ensino Superior no Brasil e no Equador: interdependência entre os campos político, econômico e educacional

Neste trabalho analisamos um dos temas centrais na agenda internacional e local de reformas educacionais: a avaliação. Por volta da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, a avaliação já despontava em um período considerado glorioso com uma fase de profissionalização

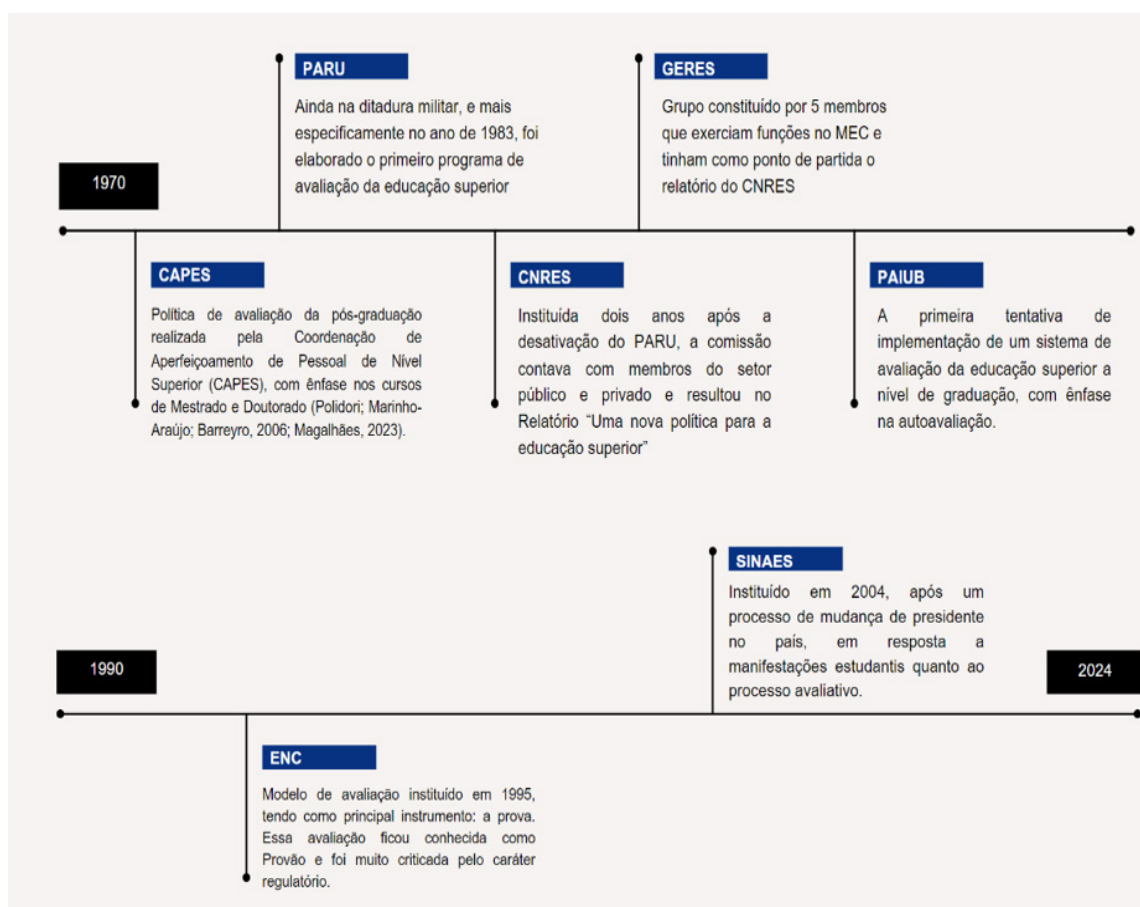
que fornecia bases de julgamento para políticas públicas desenvolvidas pelo Estado de Bem-estar social (Dias Sobrinho, 2001). Ao longo das décadas posteriores, a avaliação foi assumindo novas faces e funções, ao passo que se estabelecia como elemento crucial na análise e base de índices quantitativos e qualitativos de diferentes sistemas educacionais no mundo.

Para Barreyro e Rothen (2006), o modelo de Estado que surgia como ideal econômico, político e social no mundo Ocidental foi responsável por uma nova interpretação quanto ao funcionamento e a finalidade da educação superior. Os autores ressaltam ainda a crise de legitimidade enfrentada por essas instituições, que até então eram garantidoras de sua qualidade pela própria excelência reconhecida socialmente, tendo como base aspectos como a autonomia e a uma forte tradição de autorregulação. A própria concepção do conhecimento como um bem social começa a ser questionada a partir da lógica do mercado.

No Brasil, a avaliação da educação superior começa a ganhar força como elemento central na discussão das políticas públicas entre as décadas de 1980 e 1990, entretanto, a trajetória desse processo remonta ao período do regime militar com a avaliação da pós-graduação na década de 1970 (Magalhães, 2023). Quanto aos cursos de graduação, Polidori et al. (2006) pontuam que datam de 1983 as primeiras propostas sobre a temática, com a instituição por parte do Ministério da Educação, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária, que tinha como ênfase a gestão das IES, a produção e a disseminação dos conhecimentos.

Observemos, pois, por meio de Figura 1, como diferentes iniciativas marcam a trajetória de constituição de uma política de avaliação do Ensino Superior no Brasil:

Figura 1 - Síntese das experiências brasileiras



A experiência brasileira demonstra as sucessivas tentativas de constituição de comissões responsáveis pela análise do Ensino Superior e pela propositura de leis e políticas para este nível da educação nacional (Souza, 2024). Com idas e vindas, relatórios fundamentais para o debate nacional em torno do Ensino Superior, temos um percurso marcado pelas lutas sociais ligadas ao período ditatorial e à redemocratização e, nessa esteira, ao papel da Universidade e aos mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação. Temos nesse processo distintas posições em torno das formas de avaliar o Ensino Superior e também em torno de sua autonomia administrativa, pedagógica e financeira. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi constituído precisamente a partir dessa disputa em torno da conceituação de avaliação no país no início dos anos 2000.

Dessa forma, a propositura original do SINAES

nos parece uma tentativa de conciliar os diferentes setores da educação superior, pensando em questões um tanto progressistas sem deixar de lado as reivindicações políticas e econômicas. Estamos diante de uma síntese das relações entre os setores público e privados que ganham centralidade no Brasil no processo de redemocratização do país, e que marcam também o enraizamento das lógicas neoliberais na política de avaliação deste nível de ensino no Brasil.

No contexto equatoriano, por sua vez, Rojas (2011) aponta que a Reforma Universitária de Córdoba, em 1918 na Argentina, foi o início de um ciclo de mudanças de paradigmas e diferentes experimentos para o progresso das IES em diferentes países da América Latina, e o Equador não esteve alheio a esse processo de mudança realizando também suas reformas universitárias. O autor destaca um documento chamado *Misión de la universidad ecuatoriana para el siglo XXI*,

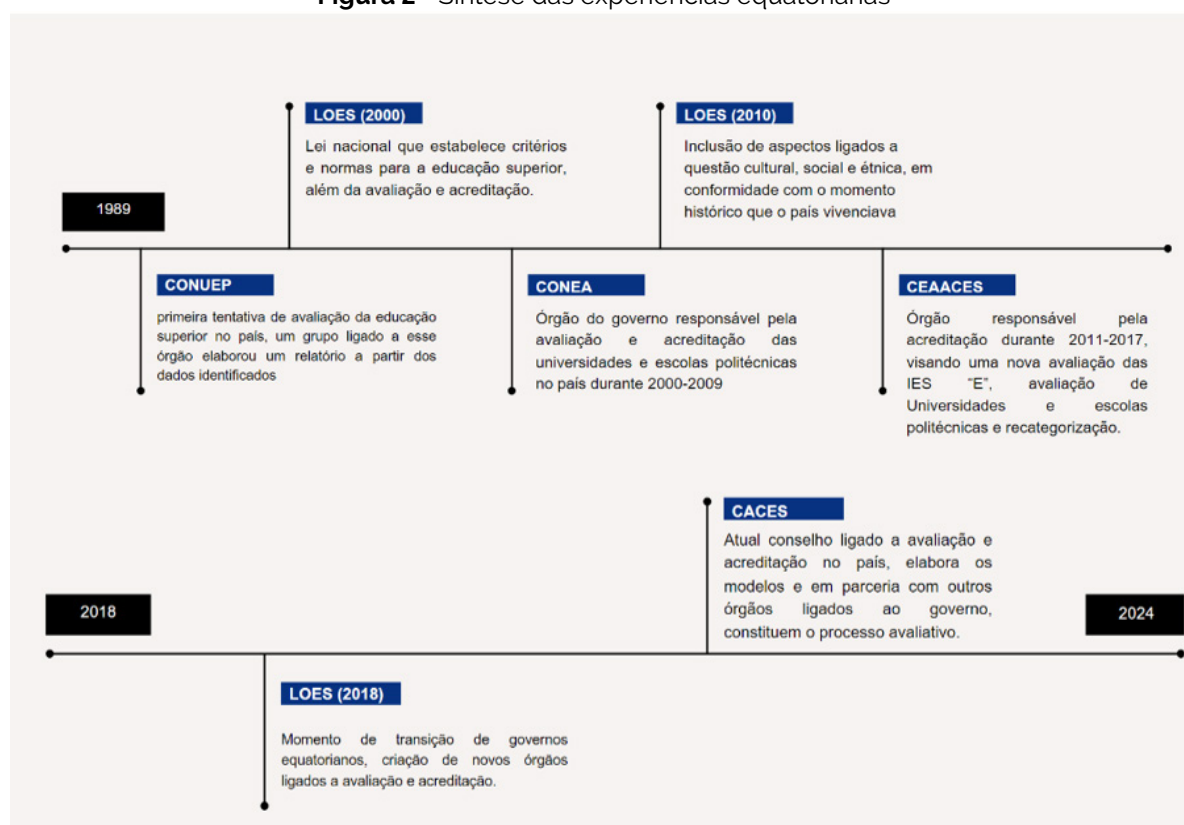
elaborado pelo Consejo Nacional de Universidades y Escuelas Politécnicas (CONUEP), ainda em 1995, e que identificou cinco erros críticos que a universidade equatoriana estava passando, tais como: vínculo insuficiente das universidades e escolas politécnicas com o ambiente externo; qualidade insuficiente da atividade acadêmica universitária; baixa qualidade de gestão; recursos econômicos insuficientes e falta de um sistema de responsabilidade social Rojas (2011). Entretanto, foi só em 1998 que a Nova Constituição Política do Equador integrou várias questões com o objetivo de resolver os problemas enfrentados nas universidades, posteriormente foi aprovada a Lei Orgânica de Educação Superior (LOES), no ano de 2000 Rojas (2011).

De acordo com Contreras e Uruguén (2017), durante essa nova constituição política do Equador, em 1998, houve outra tentativa equivocada de assumir o controle das IES, esse processo não se concretizou e uma das ações em contrapartida foi a criação de um órgão regulador em substituição ao antigo CONUEP. Esse órgão iniciou suas atividades no ano de 2000 e era intitulado Consejo

Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior, e tinha como funções a exercer: a direção, o planejamento e a coordenação do Sistema Nacional de Evaluación y Acreditación. É possível perceber um movimento de resistência que, mesmo sendo suprimido um tempo depois, fez parte do processo de implementação do sistema avaliativo no país, demonstrando a força da mobilização acadêmica e a necessidade de maior transparência quanto aos dados coletados e análise. Carvalho (2021) relembra que as funções de avaliação e acreditação no Equador foram definidas inicialmente pela LOES em 2000 – tal lei foi atualizada em 6 de outubro de 2010 e em julho de 2018 – e posteriormente, com a aprovação da Resolução 001-055/2013, passou a ser de controle do Consejo de Evaluación, Acreditación y Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior e que atualmente é denominado como Consejo de Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior (CACES).

A exemplo do caso brasileiro, observemos as iniciativas equatorianas no âmbito da avaliação do Ensino Superior por meio da Figura 2, abaixo:

Figura 2 - Síntese das experiências equatorianas



Conseguimos identificar algumas situações similares entre os dois países, a primeira delas é o teor das políticas educativas empreendidas nas duas realidades a partir da década de 1980 com a ascensão do Neoliberalismo e as investidas das agências financiadoras mundiais. O Neoliberalismo se apresenta como um fenômeno a nível mundial capaz de mudar concepções das perspectivas educacionais e avaliações de populações inteiras, no caso dos países da América Latina e mais especificamente o Brasil e o Equador, esse movimento começou a se delinear no fim da década de 1980 com o pacote de medidas do Consenso de Washington. Tais medidas foram cruciais para o andamento das políticas nesses países, modificando suas concepções de universidade, ensino, avaliação e vida em sociedade (Souza, 2024).

Quanto a essas novas concepções de universidade, Assis e Oliveira (2013) apresentam uma discussão interessante ancorada no pensamento de Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, ao refletirem sobre como as reformas educacionais implementadas no Brasil, e aqui relacionamos também ao Equador, mobilizaram novas formas de redefinir as concepções de formação universitária. O diploma passa a ser um determinante para uma possível ascensão social, ancorado nas novas formas de trabalho e de renda que influenciam as estruturas escolares desde as suas instalações físicas aos conteúdos que podem ou não ser discutidos em sala de aula.

Dessa forma, "Promove-se um reducionismo no papel da educação superior, transformando-a em um aliado centro de formação de mão de obra, na maioria das vezes limitando a formação universitária ao treinamento para o exercício de uma profissão", como apontado por Assis e Oliveira (2013, p. 64). As reformas educacionais e as propostas de avaliação nos dois países passaram por diversas perspectivas, desde algumas mais progressistas até as mais conservadoras, é importante pontuar também a participação e resistência da comunidade universitária nos processos de luta por melhores condições de

qualidade da educação superior sem ceder aos desmontes das universidades públicas.

Dessa forma, podemos afirmar que o contexto socio histórico nas latitudes latinoamericanas são cruciais para compreendermos os processos de avanço do ideário neoliberal e das lógicas do campo econômico sobre a Educação. Nos casos de Brasil e Equador, a história colonial, as lutas populares por educação e as tramas políticas que levaram esses países a atravessarem convulsões significativas na sua constituição social contemporânea constituem elementos que devem ser levados em consideração para os exercícios científicos de objetivação e interrogação de suas políticas de avaliação do Ensino Superior. Percebemos distintos projetos de sociedade e de educação que foram colocados em disputa nas distintas frentes de ação do Estado brasileiro e equatoriano no campo universitário, o que nos permite compreender que a luta social é uma chave analítica frutífera para pensar tais realidades e analisar criticamente os atos do Estado ligados às políticas de avaliação educacional.

Uma análise documental, categorial e comparada das influências econômicas nas políticas de avaliação do Ensino Superior brasileiro e equatoriano

No trabalho com os documentos dos governos brasileiro e equatoriano, nosso *corpus* documental ficou constituído por: 11 documentos, sendo 6 ligados ao Brasil (5 legislações e 1 diretriz, compreendidos entre 2004 e 2018) e 5 ligados ao Equador (3 relatórios, 1 legislação e 1 diretriz, compreendidos entre 2000 e 2023). Selecionamos tais documentos para análise, pois compreendemos que os textos-base que apresentam e regulamentam as avaliações nas instituições de educação superior nos dois países, sistematizam as discussões e as tensões políticas, educacionais e sociais que estavam em jogo durante o processo de concepção e implementação das políticas em questão.

Quadro 1 - Inventário do Corpus Documental da Pesquisa

BRASIL			
Documento	Tipo	Autoria	Caracterização do conteúdo
Portaria normativa n. 4, de 5 de agosto de 2008	Ato administrativo	Fernando Haddad, Ministro da Educação (Atuou no cargo de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012)	Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007.
Portaria normativa n. 12, de 5 de setembro de 2008	Ato administrativo		Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC).
Portaria normativa n. 12, de 5 de setembro de 2008	Ato administrativo	Rosseli Soares Ministro da Educação (Atuou no cargo de 10 de abril de 2018 até 1º de janeiro de 2019)	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006	Ato normativo secundário	Fernando Haddad Ministro da Educação (Atuou no cargo de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012)	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004	Legislação	Tarso Genro Ministro da Educação (Atuou no cargo de 27 de janeiro de 2004 a 29 de julho de 2005)	Institui o SINAES e dá outras providências
SINAES – Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior	Relatório orientador	INEP	Edição revisada do documento orientador de implementação e conhecimento público sobre o SINAES.
EQUADOR			
Documento	Tipo	Autoria	Caracterização do conteúdo
Plano de Desenvolvimento do Sistema de Educação Superior (2022-2026)	Documento institucional	Secretaria de Educação Superior Ciência, Tecnologia e Inovação, CACES e Secretaria Nacional de Planejamento	Documento orientador de planejamento da educação para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país, visando o fortalecimento e melhora contínua dessa etapa de ensino.
Plano de criação de oportunidades (2021-2025)	Documento institucional	Secretaria Nacional de Planejamento	Diretriz máxima política e administrativa que orienta o desenho e aplicação das políticas públicas através do qual o governo nacional executará as propostas apresentadas no plano de governo

BRASIL			
Documento	Tipo	Autoria	Caracterização do conteúdo
Plano estratégico institucional 2022-2025 do CACES	Documento institucional	CACES	Documento orientador que aliado ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Criação de Oportunidades 2021-2025, se configura como um elemento transcendental da gestão institucional que se desenvolve de 4 em 4 anos, e visa brindar um contexto e um norte a respeito das determinações estratégicas do Conselho nos próximos anos após a publicação.
Modelo de Avaliação Externa com fins de Acreditação para o Aseguramento da Qualidade das Universidades e Escolas Politécnicas	Orientação	CACES	Documento orientador do próximo ciclo avaliativo do Equador que será implementado a partir de 2026, contém diretrizes, conceitos, critérios que deverão ser alcançados pelas IES para fins de acreditação.
Lei Orgânica da Educação Superior	Legislação	Presidência da República do Equador	Legislação máxima que orienta a educação superior com os direitos e deveres dos agentes da sociedade.

A partir do trabalho com este *corpus* documental, construímos ainda três categorias de análise, a saber: "Classificação", "Papel do Estado" e "Concepção de Universidade". Elas visam de modo geral compreender os elementos centrais dos documentos que nortearam e norteiam as avaliações aqui analisadas, visando identificar

aspectos que muitas vezes não são do campo educacional, mas que são incorporadas pelas instituições, pelos agentes e pela sociedade como um todo, por meio dos documentos orientadores e da própria prática das avaliações. Observemos a incidência de cada categoria nos documentos brasileiros e equatorianos:

Quadro 2 – Síntese da incidência das categorias de análise no corpus documental de Brasil e Equador

Categorias	Brasil		Equador	
	Incidência absoluta	Incidência percentual	Incidência absoluta	Incidência percentual
CLASSIFICAÇÃO	14	23%	5	4%
PAPEL DO ESTADO	29	49%	48	39%
CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE	17	28%	70	57%

A primeira categoria analisada tem por objetivo apreender dos documentos, aspectos ligados à classificação, meritocracia e ao individualismo, características marcantes do Neoliberalismo no contexto educacional. Nesse sentido, classificar no mundo social capitalista, como apontado por Bourdieu (2011, p. 434), significa classificar "agen-

tes sociais que são produtores não apenas de

atos classificáveis, mas também de atos de classificação que são, eles mesmos, classificados".

A incidência na **categoria Classificação** foi maior no Brasil do que no Equador, no caso brasileiro identificamos uma forte inclinação aos resultados obtidos em uma das etapas da

avaliação, que é justamente na avaliação do desempenho dos estudantes – especificamente do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esse exame, que na proposta original fazia parte do ciclo de avaliação, foi pouco a pouco ganhando centralidade no processo avaliativo a partir dos indicadores que conceituam as instituições e os cursos. No caso equatoriano foi possível identificar que os aspectos de classificação estão relacionados às agências de acreditação que definem critérios considerados essenciais para a qualidade das universidades – essas agências de acreditação são tanto internas como externas, visto que no próprio documento é citada a colaboração de agências de outros países da América Latina e de países centrais da economia global.

Há, pois, uma forte influência dessa expressão neoliberal nas políticas de avaliação em questão, posto que a conceituação dos cursos e instituições leva a um processo de individualização e responsabilização dos estudantes e docentes, e de uma estruturação do que é qualidade na educação superior partindo da premissa de uma agenda de educação global que equipara todos os sistemas de educação superior, sem levar em consideração as especificidades nacionais, regionais, locais dos países.

A categoria **Papel do Estado** busca compreender como o Estado, enquanto agente orientador e organizador dos direitos e bens públicos, determina os órgãos competentes de avaliação, os modelos e os critérios para a avaliação e/ou acreditação das instituições e dos cursos.

Na **categoria Papel do Estado**, a incidência em maior quantidade foi do Equador visto que, em todos os documentos analisados foi identificada a relação entre outros documentos que orientam a educação superior no país, incluindo menção direta a órgãos ligados a setores econômicos e tecnológicos, os quais são apontados como mediadores para esta avaliação educacional. Já no Brasil a análise nos revelou que o Estado brasileiro assume o gerenciamento de diversas ações que englobam o currículo, a avaliação, a própria dinâmica de ensino e aprendizagem, o

credenciamento e credenciamento das instituições, ao passo que os critérios avaliativos no ENADE são elaborados a partir das diretrizes curriculares da educação superior – que são elaboradas por órgãos do Estado, cuja ação se estende desde a abertura de novas instituições, o processo de avaliação para a assecuramento da qualidade, a identificação de potencialidades até o mapeamento das fragilidades da educação superior brasileira.

Nos dois países é possível identificar que a mudança nos governos nacionais implica na reorganização dos grupos dominantes nos diversos setores da sociedade – as diferentes autorias apresentadas no Quadro 1 são expressão desses processos –, e que na educação essas mudanças impactam nas políticas de avaliação que podem se configurar em uma perspectiva mais progressista ou mais ligada aos moldes neoliberais. Os Estados, portanto, assumem o que na literatura especializada se denomina de “Estado avaliador” (Afonso, 2013) – mesmo em períodos históricos em que o Estado é ocupado por grupos progressistas, o que revela a força desta concepção e modo de atuação no campo da política de avaliação educacional –, que é essa instituição que ao mesmo tempo que se isenta de responsabilidades nessa etapa de ensino, também propõe soluções para o acesso e permanência da população nas IES com a parceria de grandes conglomerados de instituições privadas, que cada vez mais flexibilizam as modalidades da educação superior, diminuindo o tempo de conclusão dos cursos e aumentando a oferta na modalidade de educação a distância.

E por fim, a **categoria Concepção de Universidade**, na qual novamente o Equador possui uma incidência muito maior que o Brasil, muito provavelmente pela seleção dos documentos balizadores da educação superior no país equatoriano que transitam em vários setores e passam por um processo de disputa pelo próprio conceito de Universidade. De modo geral, é possível identificar nos documentos dos dois países essa grande variedade conceitual, metodológica e prática das formas de avaliar, regular e acreditar as IES. No

Brasil, conseguimos perceber uma avaliação mais consolidada, que tem em sua proposta original aspectos democráticos e progressistas, que foram – ao longo desses 20 anos que o SINAES está em vigência –, modificados, por exemplo, com a criação dos conceitos que liberam as IES avaliadas satisfatoriamente da avaliação *in loco*, com uma justificativa de melhor distribuição dos recursos financeiros.

Outro aspecto desse processo envolve a publicação dos resultados das IES, que geram um ranqueamento e consequentemente, uma hierarquização de cursos e instituições em detrimento de outras – tal ranqueamento acaba se consolidando em nossa sociedade, uma vez que a percepção social sobre o Ensino Superior, suas diferentes instituições e cursos reverbera na hierarquização legitimada das diferentes carreiras, por exemplo. Já no caso equatoriano, envolve uma complexa disputa no campo educacional no qual não se consolida um modelo de avaliação, sendo modificado após a substituição de conselheiros, presidentes, coordenadores etc., dos órgãos ligados à educação superior. Também foi possível verificar a utilização no novo modelo de avaliação, de um modelo de gestão de qualidade empresarial adaptado para educação superior, nessa perspectiva o campo econômico passa a se sobrepor ao campo educacional, ao passo que a avaliação modifica também a realidade das universidades.

Considerações finais

Neste artigo tomamos à análise, em perspectiva comparada, as políticas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador, o que nos possibilitou compreender as tensões e os processos de consolidação de tais políticas em cenários sócio-históricos marcados pela difusão do ideário neoliberal nas políticas educacionais na América Latina. A relevância do estudo pode ser expressa pela tímida produção intelectual que relaciona as realidades brasileira e equatoriana no campo da política de avaliação educacional – e aqui reside também sua originalidade –, bem como pelo caráter crítico que a pesquisa assumiu,

epistêmica, teórica e metodologicamente, para objetivar as marcas neoliberais no campo da Educação em países latinoamericanos.

A combinação entre uma epistemologia bourdieusiana, uma abordagem qualitativa e pesquisa do tipo bibliográfica e documental nos permitiu construir as seguintes categorias de análise: Classificação, Papel do Estado e Concepção de universidade. Tais categorias foram construídas na fricção entre a teoria bourdieusiana do Estado e dos campos sociais (com destaque para as relações entre os campos político e cultural/educacional), os princípios neoliberais que emergiram da revisão de literatura e o trabalho com os documentos das políticas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador.

A revisão de literatura nos possibilitou a construção de uma visão mais ampliada e crítica acerca do Neoliberalismo, demonstrando como esse fenômeno, que é ao mesmo tempo político, econômico, educacional, social e cultural, reverbera nas práticas do cotidiano a partir de lógicas individualistas, meritocráticas, conservadoras, que visam a unificação de uma cultura legítima – cultura esta pautada em uma lógica de competitividade, concorrência e livre mercado, que insere em nossas estruturas mentais e físicas uma ideia de "igualdade", que dissemina a falsa ideia de que vivemos em uma mesma sociedade com as mesmas oportunidades e condições de acesso aos direitos básicos. O sistema escolar, e no caso desta pesquisa, a educação superior em especial, representa então um espaço de lutas e disputas dos interesses de variados agentes que, ao defender sua posição ou a busca por uma posição dentro desse espaço social, pode seguir uma perspectiva mais progressista, coletiva ou uma postura mais empresarial, ligada às grandes corporações internacionais. Tal compreensão ratifica a relevância de continuarmos a interrogar os direcionamentos das políticas educacionais na América Latina.

A pesquisa documental, por sua vez, constituiu o núcleo da nossa investigação. Em um diálogo com metodólogos/as e com pesquisadores/as do campo da política educacional, sobretudo

com Shiroma et al. (2005), desenvolvemos um percurso frutífero do ponto de vista metodológico e analítico. Isso significou a construção de um olhar para nosso objeto de investigação que levasse em consideração que a política educacional se constrói em processos complexos, necessariamente a partir de lutas sociais e educacionais que levam em consideração as relações conflituosas entre diferentes campos e agentes sociais. Estamos a falar, no caso de Brasil e Equador, dos organismos internacionais e de sua relação de dependência com países considerados de capitalismo periférico; da atuação do Estado e dos conflitos internos que se dão em meio a diferentes projetos societários e educacionais em disputa em nossas casas legislativas e mesmo em diferentes ministérios, secretarias e entidades ligadas à educação; da sociedade civil e de sua atuação, em maior ou menor grau, no direcionamento das políticas públicas educacionais nesses países – aqui com destaque para o avanço nada sutil do terceiro setor e do setor privado em comissões de educação e em setores do próprio Estado, o que lhes confere posição e poder para atuarem muitas vezes como agentes definidores dessas políticas.

A pesquisa comparada nos permitiu compreender diferentes trajetórias das políticas de avaliação do Ensino Superior no território latinoamericano, e apreender as especificidades das experiências brasileira e equatoriana à luz de um referencial teórico crítico ao alcance do Neoliberalismo em todos os setores da vida social, incluindo aqui a Educação como espaço estratégico do mercado na sociedade capitalista, por representar um campo cultural que, a partir do arbitrário cultural, incide sobre o *habitus* individual e coletivo dessa sociedade. A incorporação do racionalismo científico de modelos matemáticos, que inspiram as políticas dos organismos internacionais na aplicação dessa ação racional, é pensada por um grupo de agentes e é imposta como uma verdade absoluta ao restante da população mundial. Demonstra-se, dessa forma, essa arrogância ocidental e o monopólio da violência simbólica de agentes que acreditam ser

possuidores do monopólio da razão (Bourdieu, 2007; Bourdieu & Passeron, 2014).

A pesquisa concluiu que diferentes cenários – brasileiro e equatoriano – expressam distintas formas e manifestações do ideário neoliberal sobre as políticas de avaliação do Ensino Superior, pelo que se torna imprescindível um olhar atento às especificidades de cada um desses países. Comparativamente, temos dois países que experienciaram a ingerência de organismos internacionais nas tomadas e direcionamentos de suas políticas educacionais nas últimas décadas, bem como a construção de políticas de avaliação do Ensino Superior em momentos históricos bastante próximos, nos anos 2000, muito em função de uma contradição em que o Neoliberalismo se fez presente na ação do Estado: de um lado a importância do princípio transparência e de processos bem definidos de acreditação e monitoramento do Ensino Superior e, de outro, as lógicas mercantis se impondo cotidianamente e subvertendo este *accountability*, no sentido da responsabilização individual, da classificação e do ranqueamento de IES nacional e internacionalmente.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e à CAPES.

Referências

- Afonso, A. J. (2013). Mudanças no Estado-avaliador: Comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, 18(53), 267–284. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200002>
- Assis, L. M., & Oliveira, J. F. (2013). A avaliação da educação superior no contexto das reformas e políticas educacionais. *Linhas Críticas*, 19(38), 51–69. <https://doi.org/10.26512/lc.v19i38.4085>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Almedina.
- Barreyro, G. B., & Rothen, J. (2006). "SINAES" contraditórios: Considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da educação superior. *Educação & Sociedade*, 27(96), 955–977. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300015>
- Bourdieu, P. (2011). *A distinção: Crítica social do julgamento* (2a ed.). Zouk.

Bourdieu, P. (2007). "Classificação, desclassificação, reclassificação." In M. A. Nogueira, & A. Catani (Eds.), *Escritos de educação* (pp. 163–204). Vozes.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (2014). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Vozes.

Carvalho, A. (2021). *Avaliação e acreditação da educação superior: Uma visão dos sistemas da América Latina e Caribe*. Alexa Cultural.

Contreras, F. A. G., & Uruguén, S. A. M. (2017). Análisis descriptivo del gobierno universitario ecuatoriano: Una mirada desde los cambios legislativos. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 19(2), 22–37. <https://doi.org/10.24320/redie.2017.19.2.866>

Dias Sobrinho, J. (2008). Avaliação da educação superior: Avanços e riscos. *EccoS*, 10, 67–93. <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i0.1353>

Dias Sobrinho, J. (2001). Avaliação: Técnica e ética. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 6(3), 7–19. <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1151>

Dias Sobrinho, J. (2005). Evaluación y reformas de la educación superior em América Latina. *Perfiles Educativos*, 27(108), 31–44. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982005000100003

Fávero, A. A., & Centenaro, J. B. (2019). A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: Potencialidades e limites. *Revista Contrapontos*, 19(1), 170–184. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184>

Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: Conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones UNAD*, 14(2), 55–73. <https://doi.org/10.22490/25391887.1455>

Lamarra, N. F. (2004). Hacia la convergencia de los sistemas de educación superior en América Latina. *Revista Iberoamericana de Educación*, 35, 39–71. <https://doi.org/10.35362/rie350875>

Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2012). *Sociologia da ação pública*. EDUFAL.

Magalhães, L. (2023). *A pós-graduação em educação na Região Norte e a CAPES: Avaliação, indução e autoavaliação-planejamento* [Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9440>

Polidori, M. M., Marinho-Araujo, C. M., & Barreyro, G. B. (2006). SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(53), 425–436. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000400002>

Rezende, V. M., Isobe, R. M. R., & Moreira, F. A. (2013). Investigação comparada em educação: Aspectos teóricos e metodológicos. *Educação e Políticas em Debate*, 2(1), 229–248. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v2n1a2013-24068>

Rojas, J. E. (2011). Reforma universitaria en el Ecuador. Etapa de transición. *Innovación Educativa*, 11(57), 59–67. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179422350008>

Shiroma, E. O., Campos, R. F., & Garcia, R. M. C. (2005). Decifrar textos para compreender a política: Subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *PERSPECTIVA*, 23(2), 427–446. <https://doi.org/10.5007/%25x>

Souza, M. C. (2024). *Políticas de avaliação da educação superior no Brasil e no Equador em perspectiva comparada: Traços neoliberais em debate* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10702>

Camila Ferreira da Silva

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa, com Bolsa Erasmus Mundus, mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), licenciada em Pedagogia pela UFAL e licenciada em História pela Universidade Norte do Paraná. Professora da Universidade Federal do Amazonas e líder do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM).

Micaelle Cardoso de Souza

Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e licenciada em Pedagogia na UFAM.

Endereço para correspondência

Universidade Federal do Amazonas
Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, n. 1200
Coroado I, 69067-005
Manaus, AM, Brasil

Como citar este artigo

Silva, C. F. da, & Cardoso de Souza, M. Expressões do campo econômico nas políticas de avaliação do Ensino Superior do Brasil e do Equador. *Educação*, e49354. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2026.1.49354>

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.